

História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores

Digital history in times of crisis: the demands from the immediate time and its implications for the historians work

Ana Carolina Machado¹

Resumo

Este texto se constitui como uma reflexão acerca do trabalho dos historiadores em tempos de crise. Trata-se, portanto, de uma discussão de cunho teórico e metodológico que visa problematizar como, em meio à crise ocasionada pelo vírus Covid-19, os historiadores foram levados, pela necessidade do isolamento social, a ressignificar suas maneiras e métodos de trabalho. Nesse sentido, a questão central é abordar sobre o papel da história digital em tempos em que a presença física é impossibilitada. Para tanto, o artigo aborda os aspectos objetivos e subjetivos do sujeito-historiador em sua tentativa de analisar o tempo imediato, além de também levantar questões sobre o ofício do historiador e seu papel social, a função da história diante das demandas do presente e do imediatismo, e os limites e potencialidades do ciberespaço como meio de divulgação e método de ensino da história. Problematizam-se questões referentes ao contexto pandêmico, tendo como bases teóricas e metodológicas a História do Tempo Presente e do tempo Imediato; a História Digital e a História Pública.

Palavras-chave: Crise. Covid-19. História Digital. Tempo Imediato.

Abstract

This manuscript constitutes a reflection on the work of how historians operate in times of crisis. In order to address this matter, theoretical and methodological discussions are drawn regarding how historians were led to reframe their working methods and habits due to the social isolation measures raised in the midst of the Covid-19 pandemic crisis. This the central research thread is to analyse the role of digital history in moments when physical presence is precluded. With respect to this goal, this article contributes by assessing the objective and subjective aspects of the historian-subject and how she/he attempts to investigate the present time; furthermore, the paper also ponders the historian profession, their social role and the role of history itself in the face of demands from the present and of immediacy measures; the potential and the limits of cyberspace as a mechanism to guide history, outreach and teaching missions are also addressed. Questions about the pandemic context are problematized, discussing History of the Present Time and Immediate Time features; Digital History and Public History are the main theoretical and methodological keystones.

Keywords: Crisis. Covid-19. Digital History. Time Immediate.

Introdução

¹ Mestranda em História Global pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC) e bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do Laboratório de História Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPIS/UFSC). Contato: anacarolina.mph@hotmail.com.

Afinal, devemos opor-nos ao crescimento de uma ferramenta de manutenção do status quo ou, ao contrário, dedicar-nos de corpo e alma a fomentar o crescimento de uma nova e libertadora forma de expressão? Nas palavras de Pierre Lévy, 'Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço no plano econômico, político, cultural e humano. Que tentemos compreendê-lo, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural.'

Carlos Irineu da Costa
(Contracapa do livro *Cibercultura*, Pierre Lévy, 2010)

Este artigo foi articulado e escrito durante parte do primeiro semestre de 2020, e debruça-se sobre ele. Dentro de suas limitações, ele representa as percepções e problematizações de uma historiadora em construção que é, ao mesmo tempo, sujeito deste processo histórico. Assim, as páginas que seguem constituem uma tentativa – repito, certamente limitada – de transformar o presente vivido em reflexão histórica. Para tanto, tomo como base a colocação de Marc Bloch (2001, p. 66), que ao refletir sobre o ofício do historiador enfatizou que, “o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, um título de útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando o de historiador”.

O mundo inteiro foi assolado pela pandemia causada pelo vírus Covid-19² e tem sentido, cotidianamente, seus impactos e desdobramentos nos mais diversos aspectos da vida social. Nesse sentido, não é preciso ser historiador para perceber, a partir de uma leitura crítica da realidade, que vivemos um tempo de crise global e, em termos bem específicos, uma crise nacional. Essa crise que atinge os âmbitos político, econômico, social e educacional, sobretudo, acaba por gerar, também, crises e inseguranças individuais. Em meio a essas crises do tempo, alvo das discussões do historiador François Hartog na obra *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*, os

² O coronavírus (COVID-19) é um vírus infeccioso cuja transmissão ocorre por meio de gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Essas partículas permanecem no ar, pisos e todos os tipos de superfície. O contágio pode ser percebido por meio de febre e dificuldades de respiração, acarretando na doença SARS COV 2 e podendo, devido ao agravamento, levar a morte.

sujeitos tendem a, ancorados em um estado de presentismo, ter dificuldades de enxergar além. Assim, como presentismo Hartog (2015) define um presente que, para aqueles que o vivenciam, representa um tempo estagnado, uma espécie de presente onipresente. Este tempo estagnado, contudo, não deve ser compreendido como um momento em que as coisas não estão acontecendo. Ele é, certamente, uma noção aberta. A vida está acontecendo! Muitas coisas estão acontecendo no Congresso Nacional, nos lares, no cotidiano e no ambiente virtual, sobretudo. O que parece, pelo menos por hora, estagnado e onipresente, é o caráter desta nova ordem temporal que se instaurou.

Dessa forma, conforme apontei anteriormente, se não é necessário ser historiador para ter esse tipo de percepção, Hartog (2015) aponta que, cabe a nós, historiadores e historiadoras, dar uma atenção muito particular aos momentos de crise e às suas expressões visando produzir, sobre esses processos, uma inteligibilidade histórica.

Muito já se falou que a história não se repete. Entretanto, conforme destaca Hartog (2015), de tempos em tempos, diferentes momentos de crise acabam por colocar em xeque determinadas ordens do tempo, alterando significativamente a experiência dos sujeitos de uma dada sociedade e a maneira como articulam passado, presente e futuro. As crises produzem, nesse sentido, rupturas e descontinuidades em relação à forma como as pessoas se relacionam com os tempos históricos. O passado parece muitas vezes não servir como orientação, o presente parece ser algo que nunca vai passar e sobre o futuro, não se sabe bem o que esperar e ao mesmo tempo, se espera tudo.

Seria ingênuo, contudo, homogeneizar as experiências. Diversos grupos e sujeitos estão se apropriando de múltiplas maneiras deste momento histórico. Dessa forma, a partir deste espaço de experiência, cada um terá suas referências, suas interpretações e construirá, com base nisso, seus “horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 2016). Falamos, portanto, de passado(s), presente(s) e futuro(s) que longe de serem temporalidades homogêneas, representam uma pluralidade de experiências. A estranha sensação de estagnação que ronda este presentismo, entretanto, ainda assim torna cabível a noção de um tempo desorientado como proposto por Hartog (2015).

No prefácio da obra citada, Hartog discorre sobre a crise, primeiramente financeira, que se alastrou a partir dos Estados Unidos na primeira década do século XXI, mas que, de igual maneira, teve impactos sociais a nível global. Nas palavras do historiador (HARTOG, 2015, p. 9), nesse contexto o que mais se ouvia era:

'Crise', 'Recessão', 'depressão', mas também mutação (profunda) e até 'mudança de época'. 'Nada mais será como antes', alguns proclamaram rapidamente. "Porém, as coisas retomarão (subentendido, como antes!), proclamaram os outros (ou os mesmos) com igual vigor; percebem-se algumas recuperações, a retomada está próxima, já se vê uma saída, não, a recessão ainda não terminou ou está recomeçando, mais ameaçadora ainda e, de todo modo, o desemprego deve (ainda) aumentar, e os únicos planos possíveis são os de demissões coletivas

Embora o espaço temporal entre a crise que Hartog apontou e a que vivemos nesse momento seja curto, os tempos são outros e as razões da crise atual também são outras. Um vírus que, a princípio emergiu na China, em poucos meses se espalhou pelo mundo causando milhares de mortes e fazendo com que as pessoas tivessem de ressignificar suas rotinas, suas relações, seu trabalho. Em meados do ano de 2019, certamente não imaginávamos que pouco tempo depois, precisaríamos ficar isolados dentro de nossas casas, sair nas ruas usando máscaras e escutar, nos jornais de televisão e noticiários, a ocorrência de uma verdadeira dizimação da população ao redor globo. Assim, como coloca Hartog (2015) sobre a crise global do início do século, agora também é recorrente ouvirmos as pessoas desorientadas questionando se as coisas voltarão ou não ser como antes depois que a pandemia cessar. Quando e como retomar as atividades presenciais? A situação está normalizando? O pico do vírus aumentou ou diminuiu? É necessário aumentar os cuidados? Como proceder? Um tempo, portanto, desorientado.

Minha intenção com este texto não é apresentar uma pesquisa concluída ou chegar a considerações fechadas. Tampouco fazer uma análise exaustiva de fontes. Mas convidar, a quem possa interessar, a refletir sobre o trabalho dos historiadores e historiadoras em meio à crise que atravessamos. Para tanto, se faz necessário problematizar: como determinados contextos impulsionam o crescimento e a utilização de novos paradigmas historiográficos? De que forma, em tempos de crise, os historiadores são levados, pela necessidade, a ressignificar suas maneiras e métodos de

trabalho? Qual o papel da história digital em meio à crise atual? Ou, que papel assume o virtual em tempos em que a presença física é impossibilitada? Minha hipótese é a de que, as crises do tempo, conforme as conceptualizações de Hartog (2015), constituem novas ordens temporais que demandam e possibilitam formas específicas para o fazer histórico.

Nos últimos anos, o campo da história viu emergir uma nova possibilidade de abordagem e prática relacionada diretamente com as condições de produção do conhecimento histórico no tempo presente, a História Digital (LUCCHESI, 2014a). Se os historiadores há algum tempo já vem tateando este novo campo, diante do atual contexto, seu uso se tornou quase que uma necessidade. Em que medida, então, as demandas do tempo presente e do tempo imediato condicionam novas maneiras para a realização do ensino e da circulação do discurso histórico? É em torno dessas questões que este artigo irá se debruçar.

Para tanto, serão levantadas questões acerca do ofício do historiador e seu papel social, a utilidade e a aplicabilidade da história na vida prática, e os limites e potencialidades do ciberespaço como meio de divulgação e ensino da história científica, ou seja, aquela cujos sujeitos que realizam são historiadores e historiadoras de ofício. Longe de apontar uma hierarquização dos saberes - que acabaria por construir um campo de relações de poder e validade entre diferentes *tipos* de narrativa histórica - este estudo tem como justificativa a defesa do conhecimento e do discurso histórico científico (inclusive no espaço virtual) e a legitimidade da profissão dos historiadores e historiadoras em tempos de desmonte da ciência, da pesquisa e dos projetos de (des)profissionalização da história no Brasil.

É possível transformar o presente imediato em reflexão histórica? Possibilidades, limites e os aspectos objetivos e subjetivos do sujeito-historiador

Sabe-se que desde o surgimento da Nova História a partir da Escola dos Annales³, paradigma historiográfico que transformou a disciplina ao longo do século XX, a ideia de que a história seria uma ciência que estuda o passado foi desconstruída. A percepção de

³ Sobre a revolução da historiografia a partir da Escola dos Annales ver a discussão de BURKE, 1997.

que o presente condiciona o olhar do historiador e suas escolhas colocou em questão a noção do tempo histórico. Nesse sentido, desde então, a história passou a ser definida como “a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), e o presente também passou a ser alvo de interesse dos historiadores. Dessa forma, se é verdade que a História do Tempo Presente enquanto campo de estudo e abordagem historiográfica emergiu, de fato, somente a partir da década de 1970, em sua clássica obra inacabada e datada de 1944, *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch já problematizava até mesmo a noção de história imediata. Nesse livro, o historiador já apontava as possibilidades e as dificuldades de definição de uma história do presente e do imediato ao questionar-se: “à noção de proximidade não apenas falta precisão – de quantos anos se trata?” (BLOCH, 2001, p.61).

No final do século XX, diante dos mesmos problemas epistemológicos e visando a consolidação do campo, os historiadores franceses Agnès Chauveau e Philippe Tétard trataram de explicar o embaraço semântico das definições e a legitimidade científica de uma história do recente, apontando que as expressões História do Tempo Presente, História Próxima e História Imediata não fazem necessariamente referência a uma mesma cronologia, mas pertencem ao que se considera muito contemporâneo. Em suma, as justificativas e questões que se colocam sobre uma valem para as demais uma vez que “a contração cronológica, o tipo de arquivos e a natureza dos objetos, dos campos fundam um só e mesmo o tema” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 20). Os historiadores complementam apontando que pouco importa se a história próxima, dentro de algumas concepções, possa abarcar os últimos trinta anos, enquanto a história do tempo presente se refira aos últimos cinquenta ou sessenta anos, mas que a história imediata é a noção que mais suscita desconfiança (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999).

Nesse sentido, buscando refletir sobre as possibilidades de um empreendimento histórico sobre o tempo imediato, os historiadores apontam, aproximando-se das interrogações de Bloch, a dificuldade de especificar com precisão o espaço cronológico que abarca a história imediata: “a noção é obstinadamente fluida: algumas horas? Algumas semanas? Alguns anos? Parece que pode ser tudo isso ao mesmo tempo”

(CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 21). Assim, considera-se, com base nessas colocações, que o recorte temporal sob o qual este artigo se debruça faz dele um exercício de uma História Imediata.

Para esses historiadores, a história imediata é, ao mesmo tempo, objeto e testemunho, e apesar de sua imperfeição ou inexatidão, ela possui uma função social. Ou seja, como complemento da história do tempo presente, ela responde às demandas do imediatismo visando construir um esclarecimento sobre um processo histórico que ainda está acontecendo. No entanto, os autores abordam que, embora não seja possível confundir as áreas, os procedimentos da história imediata são mais parecidos e tiveram maior influência das técnicas jornalísticas do que dos métodos da ciência histórica em seu modelo inicial, isto é, aquele que valorizava como condição de cientificidade o recuo temporal e o distanciamento entre o historiador e seu objeto. Contudo, isso não implica “que a história imediata seja exclusivamente determinada por essas técnicas e que não seja tributária da pesquisa científica” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 22).

Nesse sentido, se para Bloch a história imediata pode ser compreendida como a história dos dias em que vivemos⁴, para Chauveau e Tétard (1999, p. 25) essa seria “uma história escrita no calor dos acontecimentos”. Como, então, fazer uma análise histórica no decorrer de um processo histórico que ainda está acontecendo? Como refletir sobre a história vivenciando ela? De que forma repensar seus métodos em tempos em que o historiador é sujeito, cientista e objeto ao mesmo tempo? Quem se debruça em analisar o presente e, mais especificamente o imediato, estará com os pés calcados em uma areia movediça e, portanto, cercado de uma série de possibilidades, mas também de inúmeras

⁴ Bloch, apesar de ter, em grande medida, se dedicado na análise de temporalidades passadas, defendia a capacidade de o historiador transformar o presente vivido em reflexão histórica. Assim, é possível dizer que o historiador dos Annales realizou um exercício de história do imediato, embora defendesse a metodologia da longa duração e o método regressivo que possibilitava o diálogo entre passado e presente, através da busca pela historicidade. Segundo Jacques Le Goff (2001) Bloch analisou a derrota francesa na segunda guerra mundial, em 1940, refletindo sobre o acontecimento no calor da hora e praticamente sem dispor de arquivos ou documentações necessárias ao trabalho do historiador. No entanto, as capacidades de reflexão e problematização históricas devido seu ofício, o permitiram realizar “obra de história e não de jornalista” (LE GOFF, 2001, p. 17).

limitações. Isso não faz, contudo, seu empreendimento inválido ou desprovido de legitimidade.

É certo de que o exercício historiográfico que toma o passado distante como temporalidade não garante, por isso, o alcance da “verdade” ou possua um caráter mais “completo” e científico por conta do distanciamento entre o historiador e seu objeto. Sobre isso, Bloch (2001, p. 61) estabeleceu suas críticas à Escola Metódica a partir da qual teve sua formação, considerando, ainda em sua *Apologia da História*, a necessidade de refletir sobre a subjetividade e problematizando a crença de que o recuo temporal entre historiador e seu objeto não necessariamente garante ou determina um estatuto de objetividade:

Alguns, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta de Clio contatos demasiado ardentes. [Assim pensava, imagino, meu velho professor. Isso é, certamente atribuir-nos um fraco domínio dos nervos. É também esquecer que, a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo].

Com isso, Bloch (2001 p.62)) aponta que o historiador que não tiver a capacidade de “poupar seu cérebro do vírus do momento será bem capaz de destilar suas toxinas até num comentário sobre a *Ilíada* ou o *Romayana*”. Em outras palavras, é o historiador, em constante exercício e reflexão sobre seu trabalho, que irá buscar um equilíbrio entre os polos da objetividade e da subjetividade e identificar em que medida ambos contribuem e/ou dificultam sua análise histórica, seja em relação ao passado, seja em relação ao presente.

Ora, é sabido que mesmo os precursores da história dita científica pertencentes à Escola Metódica francesa e ao Historicismo alemão a quem Bloch teceu suas críticas, defensores de uma historiografia firmada na neutralidade que se distanciava das questões sociais e do aspecto subjetivo do sujeito-historiador escreveram, no século XIX, sobre temas relacionados à nação e as instituições de poder. Em grande medida, essa historiografia tratou sobre “as questões políticas mais relevantes da época” (PROST, 2017,

p. 85), ou seja, era uma historiografia interessada, subjetiva e objetivamente, no presente daqueles historiadores.

O que se pode considerar com isso? As questões históricas são levantadas por historiadoras e historiadores situados em uma dada sociedade e revelarão, implícita ou explicitamente, a sua relação com o tempo em que vivem. Assim, inevitavelmente, a história fala muito daquele que a escreve. Por mais que o historiador busque se despir da sua experiência enquanto sujeito e tudo que nela integra, de sua maneira de conceber a história, ainda assim “não deixará de ser ele mesmo” (PROST, 2017, p. 150). Nesse sentido, os limites e possibilidades da objetividade e da subjetividade se impõem, no exercício e na prática dos historiadores, na medida em que estes se preocupam em refletir sobre o seu *labor*: assumir sua subjetividade, delimitar e explicar suas bases teórico-metodológicas, suas intencionalidades e a maneira como constroem suas problemáticas e objetos de estudo.

Ao abordarem acerca da presença do historiador em seu tempo, Chauveau e Tétard (1999, p. 28) dirão que “antes de ser um analista, este mesmo historiador é sujeito, “cidadão, ator e espectador”. Ou seja, a partir da história do tempo presente e do tempo imediato, o historiador reivindica seu próprio pertencimento à história sobre a qual se debruça. Ele escreve ao mesmo tempo em que vivencia o processo histórico compartilhando suas interpretações sobre o presente no próprio presente. Assim, se como colocam os historiadores, “jamais um medievalista ou um modernista poderá “viver” o que descreve” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 31), a história imediata e do tempo presente estabelecem uma nova relação entre o cientista, seu tempo e seu campo específico de investigação.

Foi assim que, na defesa de que a história é, ao mesmo tempo, um ofício e uma prática social, Marc Bloch foi um homem de seu tempo, engajado nas causas e problemas que se apresentavam diante de seus olhos. Contudo, uma de suas principais contribuições diz respeito ao cuidado que os historiadores devem tomar quanto a este envolvimento. Assim, na apresentação à edição brasileira de *Apologia da História*, a antropóloga Lília Schwarcz (2019, p. 11) considera que este historiador, refletindo constantemente sobre

sua prática e ofício, “não permitiu que os males do momento contaminassem sua capacidade de reflexão”.

Nesse sentido, Bloch chama a atenção para que as paixões, as militâncias e os juízos de valor não atrapalhem a qualidade da reflexão do historiador distorcendo fatos, enaltecendo outros e tomando partidos a favor ou contra determinados sujeitos e processos históricos. Ou mesmo o deixando hipnotizado de ódios pelo seu objeto em sua sede de fazer justiça. Em outras palavras, para ele, não cabe ao historiador o papel de julgar, mas “uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender” (BLOCH, 2001, p. 138). Assim o autor considera (BLOCH, 2001, p. 128):

Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco de mais. É como gritar “força!”. Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós – estrangeiro, adversário político – passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo.

O que Bloch frisa neste trecho, é que mesmo para travar as lutas inevitáveis - como, por exemplo, em relação aos preconceitos, aos autoritarismos e aos crimes contra a humanidade, questões que envolvem a dimensão ética e política do ofício - é necessário antes, e sobremaneira, compreendê-los. Com isso, Bloch também aponta, nas entrelinhas, a função esclarecedora da história para orientar as ações dos sujeitos no presente e o compromisso do historiador diante das demandas de seu tempo. Ou seja, evidencia o aspecto utilitário que a história problema trouxe à historiografia contemporânea e por isso, segundo o historiador, “compreender nada tem de passividade” (BLOCH, 2001, p. 128).

Além do que já foi apontando, ao se debruçar sobre a história do tempo presente e imediato, há que se apontar ainda uma questão: essa história será sempre limitada e de caráter incompleto. Por isso, deve ser compreendida, segundo o historiador François Bédarida (2016, p. 50), como uma história “em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação

sem fim”. No entanto, que história não é limitada, incompleta e não está sujeita a ser objeto de renovação?

Há muito já se abandonou a ideia de que seria possível uma “história do todo”. A constituição da Nova História e a emergência da história problema e seus recortes e delimitações se deram, justamente, para estabelecer demarcações mais precisas ao trabalho dos historiadores. Assim, quando nós, historiadores e historiadoras, a partir de nossas escolhas, tratamos de alguns aspectos de uma determinada sociedade, outros são deixados de lado evidenciando inúmeras lacunas. Por isso, no tocante a história do presente e do imediato, sobretudo, o que fazemos é muito mais tecer considerações, levantar questões e instigar reflexões do que apresentar conclusões fechadas. Nossas histórias sempre possuem caráter inacabado, estando sujeitas a críticas pelos pares e a revisões futuras quando outros historiadores, com outros materiais, perguntas e ferramentas, se debruçarem sobre o mesmo contexto de formas diferentes. Portanto, o levantamento de outras questões e a emergência de novas fontes e mesmo de outros acontecimentos, certamente contribuirão para preencher fileiras historiográficas sobre este momento histórico.

Por fim, diante dos limites e possibilidades do seu empreendimento, Bloch (2001, p. 26) aconselha que o historiador tem como dever ser sincero e dizer, quando necessário for, “não sei, não posso saber”. Nesse sentido, o escopo deste texto jamais daria conta de refletir sobre este contexto em sua totalidade. Pelo contrário, o que tento esboçar, a partir de algumas escolhas teóricas e de questões bem delimitadas, são apenas alguns fragmentos de um presentismo bastante complexo, que está sendo experimentado de formas plurais e por diferentes sujeitos.

Considerações sobre o cenário brasileiro na crise atual e a emergência de um contexto profícuo para a prática da história digital

Se, como apontou Bloch, a história é filha de seu tempo, a emergência ou o crescimento dos paradigmas historiográficos são fruto de determinados contextos históricos que os tornam possíveis e, muitas vezes, necessários. Diante disso, para

contextualizar alguns aspectos deste cenário de crise em que a história digital teve um grande *boom* no Brasil, sugiro que as discussões da filósofa estadunidense Judith Butler, inicialmente, se constituem como ferramentas cabíveis para a análise de algumas vertentes deste processo histórico.

Butler (2019) problematiza o conceito de “povo” apontando que essa noção constitui um problema discursivo. Em outras palavras, um “povo” só pode ser compreendido dentro das relações de poder por meio das quais é ou não representado. Assim, segundo Butler (2019, p. 11), não é possível pensar na definição sem levar em conta:

[...] uma fronteira discursiva desenhada em algum lugar, traçada ao longo das linhas dos Estados-Nações existentes, das comunidades raciais ou linguísticas ou por filiação política. O movimento discursivo para estabelecer ‘o povo’ de um modo ou de outro é uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como fronteira de uma nação ou como limite da classe de pessoas a serem consideradas ‘reconhecíveis’ como povo.

Logo, toda formação de “povo” é parcial, não sendo possível pensá-la a partir de generalizações uma vez que a partir dessa interpretação, a noção de povo indica que quando alguns grupos são incluídos como representado por um determinado projeto político de poder, outros intencionalmente são descartados. Se atentarmos para este movimento discursivo conforme sugere Butler, existe sempre uma questão de identidade que se quer construir e que permite compreender, também, quem e o que importa e quem e o que não importa em um determinado processo histórico.

Desde sua campanha eleitoral, em 2018, e após sua eleição, o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) destaca como eixo central de sua política a ênfase na lógica neoliberal. Nesse sentido, em meio ao caos social que se delineia, não foram e não são poucas as menções do presidente e alguns de seus aliados políticos, eleitores e correligionários contra o isolamento social necessário por conta do vírus Covid-19, visando, essencialmente, os desdobramentos do isolamento no tocante à esfera econômica. Assim, o presidente se retratou diversas vezes de forma a minimizar a pandemia em seus discursos, mesmo diante do aumento dos casos e mortes ocasionadas

pelo vírus no país e das considerações de órgãos de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a seriedade do problema.

Nacional e internacionalmente, o chefe do poder executivo tem perdido apoio e sido criticado com veemência por conta de seus posicionamentos, a exemplo, pelo atual presidente estadunidense Donald Trump (Partido Republicano), com quem sempre estabeleceu diálogos e cujo modelo estatal político e econômico sempre teve como referência. Parcelas da sociedade, embora impedidos de protestarem nas ruas e em espaços públicos presencialmente, não deixaram de mostrar indignação e adotaram outras maneiras de manifestações, como, por exemplo, os chamados “panelaços”⁵ que, inclusive, tiveram como motivação a possibilidade de um impeachment do presidente Jair Bolsonaro durante o isolamento, além também das manifestações virtuais nas redes sociais.

Recentemente, entre as declarações do presidente que mais causaram polêmica foram as expressões “E daí? Sou Messias mas não faço milagre”. Em outra fala, o presidente se retratou para a imprensa, sobre o crescimento das mortes ocasionadas pelo Covid-19 no norte do país, mencionando: “Sou coveiro por acaso?”. Em outro discurso de grande repercussão o presidente declarou que a população estava fazendo exagero propagando uma grande histeria sobre uma doença que para ele é considerada apenas “uma gripezinha, um resfriadinho”⁶. Nesse sentido, o posicionamento do chefe do poder executivo retrata aquilo que Butler discute, baseando-se no conceito de biopolítica do filósofo Michel Foucault, sobre a gestão da vida e da morte em contextos neoliberais. Nesse sentido, Butler (2019, p. 17) aponta que:

Neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um

⁵ Panelaços são protestos em que, algumas parcelas da sociedade, em um determinado horário do dia, começam juntos a bater panelas nas janelas e sacadas como meio de manifestação por alguma causa ou pauta. Nesse contexto de pandemia, tais manifestações assumiram papel fundamental, sobretudo porque a presença física nas ruas estava impossibilitada por conta do isolamento social.

⁶ A Gazeta ES, um dos maiores portais de notícias do Espírito Santo, elaborou um Infográfico que mostra como Bolsonaro foi montando seu discurso a cada etapa de contágio do novo coronavírus com posturas que relativizam e minimizam o impacto da Covid-19 no Brasil. Sobre as declarações do presidente que foram acima citadas e outras, ver: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/da-gripezinha-ao-e-dai-as-falas-de-bolsonaro-em-cada-fase-da-pandemia-0520>. Acesso em 27 jul, 2020.

momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis.

Segundo a filósofa, embora a responsabilidade seja uma palavra que circule entre os que defendem o neoliberalismo e suas concepções de individualismo econômico, são estes mesmos que projetam a destruição dos serviços sociais impondo a muitos sujeitos que estes sejam auto-suficientes em condições nas quais a auto-suficiência não é possível. O Estado e as políticas públicas, nesse sentido, se ausentam da responsabilidade em proporcionar estrutura de sobrevivência para alguns. No entanto, quando um sujeito não se enquadra ou não consegue corresponder a essa lógica individualista de auto-suficiência “(quando não consegue pagar por assistência à saúde ou lançar mão de cuidados médicos privados, por exemplo), essa pessoa se torna potencialmente dispensável” (BUTLER, 2019, p. 20). Com isso, determinadas parcelas da sociedade passam a estar sujeitas a condições precárias cada vez maiores.

Diante do atual cenário no Brasil, esse quadro de precarização têm se acentuado. Visualizamos a ocorrência de demissões em massa e o crescimento do desemprego, a ausência gritante de infraestrutura nos hospitais e os problemas da saúde pública e sanitária no Brasil, os salários que tiveram cortes significativos, as bolsas de estudo que foram canceladas, os preços no mercado que subiram consideravelmente.⁷ Nessas situações de crise, “quanto mais as estruturas sociais deixam de existir por razões “econômicas”, mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação de ansiedade acentuada ao fracasso” (BUTLER, 2019, p. 21). Butler (2019, p. 27-28) aponta, então, que:

[...] em algumas de nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas a nossa precariedade

⁷ Problematizando alguns destes aspectos, Sá Carvalho e Werneck (2020, p. 3) apontam que “A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde.”

como indivíduos – embora isso também possa ser revelado –, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas.

Além da crise social, no atual contexto brasileiro, a crise política que se desenha tem evidenciado estruturas de longa duração, conforme a noção cunhada por Fernand Braudel (1992). São cada vez mais notáveis os níveis de impessoalidades na política demonstrando que, mesmo depois de quase um século, a tese sobre a cordialidade das relações sociais no âmbito político brasileiro da qual tratou Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), ainda é muito atual. Semelhantemente, Schwarcz (2019) destaca que ao longo dos últimos anos, a chamada “bancada dos parentes” tem crescido consideravelmente no Brasil. Nesse sentido, o conservadorismo e a inconstitucionalidade se constituem como aspectos estruturais na política brasileira, conforme aponta a antropóloga.

Com base nisso, mesmo a análise de um presentismo muito específico, não pode ser realizada por si só. Ela deve demonstrar, de alguma maneira, as articulações entre o passado e o presente. Esse diálogo acaba por revelar estruturas temporais por meio das quais alguns aspectos mudam muito lentamente ou se adaptam e se ressignificam conforme a transformação das épocas, assumindo novas roupagens. Por isso, Bloch (2001, p. 63) a partir de seu método regressivo por meio do qual o historiador realiza um exercício de historicidade, aponta que é necessário esclarecer o presente pelo passado e o passado pelo presente uma vez que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete, no presente, a própria ação”.

Somando-se a crise social e política as quais brevemente esbocei acima, a crise educacional e no campo científico é, certamente, a que mais afeta a categoria dos historiadores no Brasil. No dia 18 de fevereiro, o Senado Federal aprovou o projeto que regulamenta a profissão do historiador. A matéria seguiu para a sanção presidencial, mas acabou sendo vetada pelo presidente. A regulamentação é uma luta de longa data para os historiadores e o atual governo tem, frequentemente, realizado medidas, via Ministério da Educação (MEC), que afetam os âmbitos da ciência, da pesquisa e do ensino no país. Projeto este que atinge diretamente as ciências humanas e, particularmente, a história.

Para além das recentes ênfases em um ensino da história que vise à explicação das “origens” por meio da teoria do criacionismo, recentemente a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos principais órgãos de fomento de pesquisas do país, havia cancelado, por meio da portaria-34/2020,⁸ a implementação de novos bolsistas de pós-graduação usando, dentre as justificativas, que os financiamentos seriam redistribuídos tendo entre os novos critérios as notas dos cursos junto ao MEC, mas também o investimento em áreas específicas como aquelas que envolvem a saúde e as ciências exatas.

O que se verifica, a partir desses pontos, é que no Brasil, a área da história tem sido alvo de um projeto de deslegitimação. As medidas políticas e educacionais do atual governo não cessam em apontar a inutilidade da pesquisa e do ensino da história, além de desconsiderá-la como profissão. Ou então se quer que a história dialogue com um projeto de nação bem específico, cujas noções de ensino se distanciam das teorias científicas, corroborando com narrativas religiosas que reproduzem autoritarismos e desigualdades de gênero, por exemplo. Sobre isso, conforme aponta Schwarcz (2019), em momentos de crises e mudanças políticas e institucionais, o campo da história se torna um campo de guerra e de disputa. Nesse sentido, a autora destaca que em meio a esses processos históricos, travam-se batalhas pelo monopólio da “verdade histórica”, qualificam-se determinados modelos históricos como autênticos ou não e endossam-se interpretações históricas em detrimento de outras com o objetivo de melhor justificar projetos de poder (SCHWARCZ, 2019).

Em meio a essa crise, ao passo em que o isolamento social impossibilitou a presença e a proximidade física, historiadores e historiadoras foram, um tanto quanto impulsionados pela força da necessidade, a recorrer a novos recursos para a realização de seu trabalho. Assim, o virtual assumiu, neste contexto, um papel inédito não somente na área da história, mas na história da humanidade. Por que inédito? Se desde os anos 1990 já eram utilizadas ferramentas virtuais (CASTELLS, 2005), somente nesse momento da

⁸ Sobre a Portaria 34/2020 ver: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>. Acesso em 27. Jul 2020.

história o virtual se tornou a única possibilidade para a continuidade de muitas atividades e relações. Nesse sentido, é possível afirmar que em meio a este processo histórico, o mundo se virtualizou como nunca antes. Diante disso, o argumento que sustento é que, a pandemia ocasionada pelo Covid-19 instaurou, como indicam as conceptualizações de Hartog (2015), uma crise do tempo que constituiu uma nova ordem temporal, e essa nova ordem assume, em grande medida, um caráter virtual. Semelhantemente, conforme as noções de Reinhart Koselleck (2006), um novo espaço de experiência tem se desenhado, espaço este em que os corpos se distanciam fisicamente, mas se aproximam virtualmente. Essa situação - que embora temporária - pode não resumir, mas caracteriza, em grande medida, o tempo imediato.

Aulas estão sendo realizadas *online* e via ensino remoto nas escolas e universidades, discussões de núcleos de pesquisa e laboratórios de história estão sendo feitas via *Skype*, *Zoom* e *Google Meet* (e tantos outros),⁹ defesas de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso na área de história estão sendo realizadas virtualmente e até mesmo eventos sobre história estão sendo programados para serem realizados eletronicamente. Além disso, as *lives*¹⁰ realizadas no Instagram e canais do YouTube e Facebook¹¹ tem assumido um papel definitivo durante a quarentena, pois tem se constituído como ferramenta eficaz na divulgação do conhecimento histórico e na problematização do atual momento pelos historiadores.¹²

⁹ *Zoom*, *Google Meet* e *Skype*, entre outros, são recursos digitais em que é possível realizar encontros virtuais de várias pessoas ao mesmo tempo, nos quais as pessoas podem se ver e conversar em tempo real.

¹⁰ Live é uma transmissão ao vivo, ou seja, feita em tempo real, a partir de recursos digitais.

¹¹ “Facebook, uma rede social para conectar amigos, empresas, compartilhar ideias e criar eventos e grupos de conversa; YouTube, uma plataforma para publicar vídeos, que sigam regras de direitos autorais; Instagram, uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários para fins pessoais e profissionais” (LEME; PEDRO, 2019, p.73).

¹² Citar, referenciar e nomear todos estes meios, trabalhos e reuniões seria impossível e fugiria ao escopo deste trabalho. No entanto, ainda assim gostaria de citar um perfil do Instagram, página do Facebook e canal do YouTube chamado “História em Quarentena” que criado, administrado e editado pelo historiador Paulo Cesar Gomes, pós-doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), se constitui como uma iniciativa coletiva de pesquisadores para difundir conhecimento histórico via internet durante a pandemia do Covid-19. Milhares de seguidores estão acompanhando uma série de *lives* e rodas de conversa que estão sendo realizadas nesses meios, trazendo como convidados historiadores que tem abordado as mais diversas temáticas. No dia 19/05/2020, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho, fundador e editor do Café História, o mais longo e conhecido portal de divulgação histórica na internet,

É importante mencionar, também, que neste contexto autoritário em que os limites da democracia tem se acentuado cada vez mais, as mídias digitais têm sido apropriadas pelos historiadores como espaço de poder no qual são travadas lutas e manifestações públicas de resistência. Sobre isso, pode-se citar um dos principais movimentos virtuais realizado durante o isolamento social que foi encabeçado pela Associação Nacional de História (ANPUH), a partir do qual historiadores e historiadoras brasileiros postaram fotos, nas plataformas do Instagram e Facebook, com cartazes nos quais estavam escritos a frase e a *hashtag* “#derrubaovetoPL368. O veto não vai parar a nossa história”, repudiando o veto do presidente Jair Bolsonaro da profissionalização da história.¹³ Outro movimento virtual de resistência adotado pela comunidade dos historiadores foi a postagem em massa de imagens no Facebook e Instagram com a frase “historiador/historiadora anti-fascista”, manifestando repúdio às medidas autoritárias do atual governo durante a pandemia.

Notas sobre história digital e história pública: Entre potencialidades e impasses

O advento da internet na segunda metade do século XX e seu crescimento nas primeiras décadas do novo século configuram novas possibilidades para a realização do trabalho dos historiadores do tempo presente (ALMEIDA, 2011). Se é verdade a afirmação de Bloch de que as problemáticas e os objetos de estudo do historiador ganham justificativa pelas demandas do seu presente, o mesmo pode ser considerado no que diz respeito às fontes, aos métodos e aos meios de circulação do discurso histórico. Ou seja, os historiadores são sujeitos de seu tempo e dessa maneira, para a realização de seu

falou sobre historiografia digital e pública. Sobre isso ver: <https://www.youtube.com/watch?v=m5fEdH5Lrg&t=26s>. Acesso em 02 Jun. 2020. Semelhantemente, a produção e divulgação da história na internet em tempos de crise foi temática da *live* realizada em 21/05 com a presença dos historiadores Ricardo Santhiago (UNIFESP), Paulo Cesar Gomes (UFF) e Luiz Paulo Ferraz (Brown University). Sobre isso ver: <https://www.youtube.com/watch?v=jd351dv2Z7w>. Acesso em 02. Jun 2020. O Laboratório de História Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPIS-UFSC), do qual sou integrante, também desenvolveu um projeto de *lives* em suas redes sociais durante a quarentena, abordando as relações, interfaces e possibilidades da história Pública. Sobre isso ver: https://www.instagram.com/lapis_ufsc/ e <https://www.youtube.com/user/LapisUfsc>. Acesso em 28 Jul. 2020.

¹³Sobre isso ver: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5794-o-veto-a-historia-nota-da-anpuh-brasil-contra-o-veto-presidencial-a-profissionalizacao>. Acesso em 04 mai.2020

trabalho, acabam por explorar os instrumentos e a potencialidade das técnicas que o contexto em que estão inseridos lhes apresenta. Assim, de acordo com Michel de Certeau (1988, p. 28) “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios”.

Dessa forma, apesar das transformações sociais que ocorreram, sobretudo no tocante à mídia e a imprensa no século XX (BRIGGS; BURKE, 2006), terem evidenciado novas fontes e novas formas de divulgação do conhecimento histórico, a noção e a prática de uma história de cunho digital só pode ser pensada como desdobramento da história do tempo presente uma vez que a última é definida, em grande medida, devido à natureza de seus arquivos, suas formas de acessibilidade e a natureza dos métodos (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999). Nesse sentido, a história digital deve ser compreendida como um fenômeno de geração (RIOUX, 1999).

Proponho, então, a noção de geração virtual ou geração digital¹⁴ para compreender a sociedade e os sujeitos que tem como espaço de experiência as últimas três décadas, uma vez que, conforme Castells (2003), embora o advento da internet tenha ocorrido ainda em meados do século XX, foi a partir dos anos 1990 que ela passou a se inserir como elemento presente no cotidiano de muitos sujeitos. Semelhantemente, conforme Lévy (2010, p. 32) o ciberespaço¹⁵ se constituiu como um novo meio de comunicação e sociabilidades na virada do século:

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sociocultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e dos campi americanos tornou rapidamente uma dimensão mundial. Sem que nenhuma instância dirigisse esse processo, as diferentes redes de computadores que se formaram desde o final dos anos 70 se juntaram umas às outras enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Como no caso da invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea e imprevisível impôs um novo curso ao desenvolvimento tecnoeconômico. As tecnologias digitais surgiram, então,

¹⁴ Acredito que as duas noções se equivalem.

¹⁵ Como ciberespaço ou rede, o filósofo Pierre Levy define “um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 2010, p. 17).

como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transição, mas também novo mercado de informação e do conhecimento.

No entanto, apontar que a internet é um fenômeno de geração implica em duas questões, a meu ver. A primeira delas é apontar e reconhecer, para não cair em um simplismo e em uma universalidade, que nem todas as pessoas que nasceram e vivenciaram pelo menos uma parte de sua vida nessa “nova era” digital podem, de fato, ser consideradas digitais. Muitas, seja por opção própria, seja por falta de condições, permanecem à margem no tocante ao acesso à internet. A outra questão que se coloca é que a interpretação de geração digital não pode limitar-se ao elemento da faixa etária daqueles que nasceram depois da década de noventa. Tomando como exemplo especificamente a história, mesmo os historiadores que já possuem longos anos de carreira na área e que tiveram sua formação ainda em meados do século XX, hoje são adeptos aos métodos virtuais para a realização de seu trabalho.

Dessa forma, nenhuma geração anterior a esta, que protagonizou a emergência ou se apropriou da chamada cibercultura, fez uso das chamadas redes sociais. Tampouco pode realizar *lives* virtuais pela tela de um *smarthphone* ou postar vídeos no YouTube. Assim, se esse movimento cultural tecnológico evidenciou novas maneiras de trabalhar e se relacionar, como apontou Levy (2010), também possibilitou um novo espaço para a comunicação e expansão do conhecimento. Nesse sentido, somente os historiadores que realizaram seu exercício profissional nas últimas décadas puderam e podem tomar como fonte os conteúdos virtuais ou digitais, bem como utilizar-se do ciberespaço como meio de circulação da história.

Embora a História Digital ainda seja um campo novo, alguns historiadores vêm se debruçando sobre essa modalidade nos últimos anos sendo possível apontar trabalhos de relevância que constituem hoje, parte da bibliografia especializada acerca do tema no Brasil. Nesse debate, destacam-se as discussões de Anita Lucchesi (2012, 2014a, 2014b), Bruno Leal Pastor de Carvalho (2014, 2016), Pedro Telles da Silveira (2016, 2018), Fábio Chang de Almeida (2011) e Oldimar Cardoso e Thiago Nicodemo (2019), para citar

alguns. As relações entre história e internet também foram alvo de dossiês específicos em revistas eletrônicas na última década, dentre estes, o dossiê “Conhecimento histórico e Internet”, publicado em 2011 pela Revista Aedos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o dossiê “História e Internet”, publicado pela Revista Tempo e Argumento da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), em 2014, e o dossiê “Netnografia e humanidades digitais: perspectivas e desafios”, publicado em 2019 pela Revista Observatório da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os mesmos interesses justificaram o tema do dossiê “História global e digital: novos horizontes para a investigação histórica” publicado recentemente no v. 27, n. 45 da Revista Esboços da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mas, afinal, o que é a História Digital? Não há uma definição específica. De um lado, conforme apontam Almeida (2011) e Silveira (2016, 2018), a história digital configura uma nova tipologia documental para a pesquisa histórica, a partir da qual os historiadores tomam como fonte vídeos, fotos, textos, discursos, curtidas, e comentários presentes no espaço virtual. A incorporação de documentos digitais na historiografia representa, nesse sentido, uma ampliação ainda maior no estatuto de fonte histórica, apresentando-se como resultado e desdobramento das significativas transformações teórico-metodológicas ocorridas na disciplina ao longo do século XX, especialmente por meio da Escola dos Annales.¹⁶

De outro, os historiadores consideram-na como um novo paradigma historiográfico e campo de estudo, mas também como uma nova metodologia para o exercício e prática dos historiadores no ciberespaço, que ao possibilitar uma ampla circulação e divulgação do conhecimento histórico, evidencia novas maneiras de diálogos entre a ciência histórica e a sociedade no tempo presente (LUCCHESI, 2014a; CARVALHO, 2016). Assim, em outras palavras, é possível afirmar que uma das grandes potencialidades da história digital hoje é a realização dos diálogos entre ensino, pesquisa e extensão, além

¹⁶ Sobre isso ver: BURKE, 1997.

de também possibilitar uma maior aproximação e participação do público para a construção da história.

Nesse sentido, essa prática que extrapola os muros das universidades e os círculos dos historiadores, acaba por tornar a história ao mesmo tempo em que digital, também pública¹⁷. No entanto, conforme aponta o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho ao tratar sobre as relações entre história pública e redes sociais “a dimensão pública da história e a atuação do historiador para além dos limites acadêmicos não é uma novidade” (CARVALHO, 2016, p.36), pois ainda durante o século XIX, depois que a história assumiu seu estatuto de ciência, os historiadores foram profissionais contratados para assuntos de cunho estatal, por exemplo.

Sobre isso, Prost (2017) também aponta o papel importante dado ao ensino da história na sociedade francesa no que se refere a uma formação cívica que enfatizasse aspectos da nação e mediasse um sentimento cívico de patriotismo. De igual modo, Dumoulin (2017) discorreu sobre as formas de atuação do historiador no espaço público na França e no mundo anglo-saxão, problematizando sua utilidade social e a presença de historiadores em tribunais, uma vez que seu conhecimento acerca de determinados processos históricos e o exercício minucioso no tocante aos vestígios acabavam por potencializá-los como testemunhas na justiça diante de reparações de direitos.¹⁸

Nesse sentido, a história pública, compreendida por Carvalho (2016) como um movimento de estudos e de práticas que implicam no engajamento profissional do historiador com a vida pública,¹⁹ pode ocorrer de inúmeras maneiras e já é realizada desde longa data. Se ela não é nenhuma novidade, no entanto, ao ser praticada no

¹⁷ Sobre as relações entre história digital e história pública ver a discussão de CARVALHO; LUCCHESI, 2016.

¹⁸ Um dos exemplos que Dumoulin (2017) coloca, iniciando sua discussão, é a presença de renomados historiadores franceses dedicados à história do tempo presente, tais como René Rémond e Henry Housso, no júri popular de Bordeaux, em 1999, referente ao grande drama de Vichy. Segundo o historiador, esse processo assumiu a forma de um colóquio de historiadores uma vez que as partes civis designaram os historiadores como profissionais importantes para o desenrolar do processo, devido a sua *expertise*. Ou seja, sua capacidade de contextualização e de análise dos vestígios e discursos que podem levar a determinados veredictos. Não é à toa, também, que hoje muitos historiadores atuam como investigadores policiais.

¹⁹ Sobre a emergência e a historicidade do campo da história pública ver a discussão de CARVALHO, 2016.

ciberespaço, a publicização da história assume um novo formato: o digital. Dessa forma, um dos grandes pontos destacados pela bibliografia sobre a história digital, é que ela se configura como uma nova maneira de publicidade da história no tempo presente (CARVALHO; LUCHESE, 2016) por meio da qual, o discurso histórico chega a públicos cada vez mais amplos e mais diversificados.

Isso leva a pelo menos duas questões. A primeira é que no atual estado da arte da ciência histórica, com o retorno das abordagens globais no final dos anos 1990 (SANTOS; SOCHACZEWSKI, 2017) e nestas duas décadas do novo século,²⁰ a internet assume um papel singular porque possibilita que hoje os territórios, as experiências e os discursos sejam compartilhados e ampliados através do *online*, evidenciando as relações entre os jogos de escala micro e macro sociais (REVEL, 2010). Sobre isso, Castells (2003) aponta que com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a partir dos anos 1990 o que ocorreu foi um verdadeiro processo de interação global. Lucchesi (2014a) reitera afirmando que as tecnologias digitais são fruto de um movimento de virtualização que provocou significativas transformações nas noções de tempo, espaço e dado. Ou seja, com o advento e a utilização das novas tecnologias digitais, não é necessário a presença física do historiador para que seu discurso ou narrativa seja levado ao público. Além de que, uma palestra, uma aula ou uma entrevista que se presencialmente seria realizada em um dado lugar e alcançaria um número *x* de pessoas, ao ser lançada ou realizada no espaço virtual, em tempo demasiadamente acelerado pode se espalhar globalmente. É necessário considerar, portanto, que virtualização e globalização são processos que ocorrem concomitantes e imbricados.

A segunda questão que gostaria de levantar é com base nas percepções e críticas do sociólogo Zygmunt Bauman acerca das relações virtuais. Segundo ele, "a internet ajuda a enfraquecer e tornar mais superficiais as relações laboriosamente construídas na vida real off-line;" (BAUMAN, 2011, p.34). Certamente a virtualidade, compreendida como

²⁰ No Brasil, o retorno das perspectivas globais na historiografia resultou, no ano de 2018, na mudança de área de concentração da pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um dos programas mais antigos do país, cuja área de concentração era definida pela história cultural e desde então tem como eixo central a História Global.

extensão da vida real, não substitui a presença física e impõe limites a inúmeras práticas, dentre elas, as de ensino. No entanto, se como afirmou Bauman, a pós-modernidade e sua liquidez caminham em prol do afrouxamento e da plasticidade das relações humanas que tendem a se tornar cada vez menos sólidas - sobretudo no espaço virtual - em meio a este processo histórico em que a presença física é, em grande medida, impossibilitada, o virtual se constitui como elemento de aproximações e como um consolidador de laços, relações, contatos e atividades.

Diante da atual conjuntura de deslegitimação da profissão dos historiadores no Brasil, repito, como coloquei na introdução, que longe de apontar uma hierarquização dos saberes - que acabaria por construir um campo de relações de poder e validade entre diferentes *tipos* de narrativa histórica - essa reflexão se dá na defesa do conhecimento e do discurso histórico científico e a legitimidade da profissão dos historiadores, inclusive no ciberespaço. Isso porque somando-se à crise que a ciência histórica vem enfrentando no Brasil, a história digital sofre, como foi e ainda é com a história do tempo presente e a história oral (FERREIRA, 2002), alguns tipos de preconceitos. Alguns dirão que a presença do historiador no ciberespaço é mera exacerbação de sua figura como intelectual em um exercício de aparecer e se tornar conhecido, impondo limites aos seus objetivos no tocante aos aspectos pedagógicos. Outros dirão que a linguagem que vem sendo utilizada acaba por descaracterizar debates complexos e que requerem interpretações densas que somente historiadores de formação acadêmica possuem ferramentas intelectuais para realizar. Ou seja, apontam uma certa vulgarização.

No entanto, limitar a história ao círculo de historiadores não seria desistir do seu aspecto utilitário? Ou, em outras palavras, da sua função? Os historiadores digitais precisam, nesse sentido, refletir sobre os objetivos dessa prática e suas reverberações. A história digital tem sido apenas um meio de divulgação do discurso histórico científico que se limita ao círculo dos historiadores e cientistas sociais? A quem esses discursos tem se direcionado e alcançado, de fato? Quais os seus desdobramentos?

Ao ser publicado virtualmente, sobretudo neste momento de crise, o discurso histórico científico pode se configurar como elemento eficaz na mediação do processo de ensino aprendizagem dos sujeitos e da construção de uma consciência histórica para a sociedade como um todo sobre este e outros processos históricos. A questão da linguagem é, contudo, um aspecto que deve ser levado em conta se o objetivo do fazer histórico no ciberespaço é atingir um público que não somente o acadêmico. Em outras palavras, se os objetivos da história digital é atuar como mediação de diálogos, ensino e esclarecimento para historiadores e cientistas sociais de e em formação, mas também, e sobretudo, para os sujeitos comuns, para os estudantes do ensino básico, a utilização de determinados conceitos históricos precisam ser tratados de maneira didática. Além de também ser necessário contextualizar e desnaturalizar determinadas noções como poder, identidade e gênero, para citar apenas alguns exemplos.

Isso, a meu ver, não coloca em questão ou descaracteriza a tão enfatizada erudição a qual se apegam alguns intelectuais da história. Erudição esta que no final das contas, serve mais para sustentar um determinado *status* que na maioria das vezes, mais separa o cientista da sociedade do que aproxima. Em tempos como este, pelo contrário, é necessário construir pontes e não muros entre a história, os historiadores e a sociedade. E como, ao apontar essas questões, não lembrar da citação com a qual Marc Bloch (2001, p. 41) inicia a introdução daquele livro demasiadamente citado neste artigo, o qual se tornou um dos grandes manuais do ofício do historiador?:

'Papai, então me explica para que serve a história.' Assim, um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é a minha resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, ao mesmo tempo, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de raros eleitos.

"Simplificar" as discussões sem perder o rigor científico mas, ao mesmo tempo, não engessando a linguagem acadêmica é, nesse sentido, um dos grandes desafios da história digital e pública realizada por historiadores de ofício no âmbito virtual. Entretanto, viabiliza formas mais inclusivas e efetivas no que se refere ao processo de ensino aprendizagem e à construção da consciência histórica. Afinal, quando nos referimos ao

público comum ou, ao consumo popular da história, nossa intenção não é formar “mini-historiadores”, e sim sujeitos pensantes, críticos e conscientes que possuam ferramentas para interpretar o mundo e, com isso, agir no tempo e no espaço.

Dessa forma, as novas tecnologias de informação e comunicação propiciaram aos historiadores um novo espaço de atuação e uma nova ferramenta bastante profícua para o ensino da história. Nesse sentido, segundo a historiadora Bruna Carolina Marino Rodrigues (2017, p. 272):

Professores e pesquisadores de história estão criando novas formas de comunicação e compartilhamento das informações. Com o avanço da internet, as redes virtuais de comunicação entre professores, pesquisadores e o público configuram-se como espaços legítimos de trocas de saberes e de produção do conhecimento histórico.

A possibilidade de um ensino a partir de métodos virtuais foi uma questão que gerou grande debate entre os órgãos e instituições educacionais durante o isolamento social necessário por conta do Covid-19 e do cancelamento das aulas presenciais. A meu ver, tal debate evidenciou, neste contexto, o sério problema da desigualdade social revelando, com isso, um dos grandes limites do ensino digital da história. Como aplicar um ensino virtual se nem todos os estudantes - sejam universitários ou do ensino básico - possuem computadores, celulares ou acesso à internet? Diante dessa técnica de ensino, aqueles que não possuem ferramentas necessárias para sua utilização são expostos a que tipos de situações? Como, diante do aumento do desemprego e da diminuição dos salários que atingem muitas parcelas da sociedade neste momento, pensar na aplicação e uso desse tipo de metodologia para o ensino se muitos, pela necessidade de escolher por prioridades como alimentação e aluguel, por exemplo, acabam ficando sem o acesso à internet? Infelizmente, é necessário apontar que, embora a história digital se configure como uma grande potencialidade para o ensino da história hoje, este não é um método aplicável e possível a todos.

Dessa forma, embora as relações entre ensino, educação e tecnologias digitais tenham possibilitado, nos últimos anos, um importante e necessário processo de democratização do conhecimento, conforme discorreu o historiador Roger Darton (2010),

diante das desigualdades sociais tão gritantes, sobretudo neste contexto neoliberal de crise em que muitos são expostos a condições cada vez maiores de precariedade e vulnerabilidade (BUTLER, 2019), a história digital configura-se, ao mesmo tempo, como metodologia limitada e, por que não dizer, elitista? Neste ponto, não me refiro somente a prática da história digital realizada pelos historiadores universitários, mas também daqueles que atuam como professores no ensino básico, especialmente na rede pública.

Algumas considerações finais

As páginas acima constituíram um convite à comunidade dos historiadores e a quem pudesse interessar, a refletir sobre o trabalho dos profissionais da história em tempos permeados por crises como essa que atravessamos. É certo de que as limitações se impõem, afinal de contas, o processo histórico é conturbado e tentar compreendê-lo, é adentrar em um naufrago à deriva. No entanto, só se torna historiador aquele que decide viver e fazer a história, pois o historiador não deve ser “um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho, fiel a seu dever de exploração e de aventura” (LE GOFF, 2001, p. 21). Dessa forma, fazer história é, em outras palavras, vive-la e sobre a sua interpretação e escrita, se aventurar. Isso implica dizer que a história não é somente uma disciplina acadêmica que na interpretação de muitos, possui um aspecto inútil à vida prática. Pelo contrário, o historiador e aquilo que ele produz podem e devem dialogar com o seu próprio mundo, sua própria geração e com os métodos que lhe são apresentados. Nesse sentido, interpretar o tempo presente e imediato pela ótica crítica que a história nos instrui e capacita, misturando-se à realidade e agindo sob ela seja participando da história, seja repensando os seus métodos, é exercer um ofício que tem como princípio as relações entre a teoria e a prática.

Assim, discorrer sobre a história digital é também analisar os desdobramentos e efeitos desta nova “era digital” (SILVEIRA, 2018) na vida cotidiana, nas relações, na ciência histórica, no ensino, nas lutas travadas e nas resistências, que quando impossibilitadas de serem praticadas fisicamente, assumem novas roupagens a partir de novos instrumentos. O ciberespaço, as redes sociais e as plataformas tecnológicas fazem parte do conjunto

dessas novas ferramentas, que embora possuam seus problemas e limitações, ainda assim abrem um leque de novas possibilidades para a ciência histórica. Nesse sentido, enquanto fenômeno do tempo presente, a história digital representa as relações diretas entre climas ideológicos, modas historiográficas e novas orientações científicas (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999).

Sobre isso, apropriando-se das considerações do historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, Lucchesi (2014a), ao tratar sobre a história digital, aponta que cada geração de historiadores constrói seu próprio legado a partir das críticas ao seu próprio ofício e na redefinição de suas práticas, as quais dialogam e se articulam com as tensões e os conflitos desenhados no presente desses historiadores. Essas novas maneiras de fazer história acompanham, sabemos, o desenvolvimento e as demandas da sociedade. Por isso, de tempos em tempos, os historiadores se veem elaborando e refletindo sobre novos paradigmas históricos e historiográficos. Por fim, diante do que foi apontado, a hipótese que levanto é que talvez este momento tenha inaugurado um novo capítulo na história da jovem história digital.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan./jun.2011.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos*, v.3, n. 1, p.185-213, jan/abr. 2019.

BAUMAM, Zygmunt. *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e presença da história. In: AMADO, Janaína;

FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

- BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Sociais: a Longa Duração". In: NOVAIS e SILVA(Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac &Naify, 1992.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria de performatividade de assembléia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CARDOSO, Oldimar Pontes; NICODEMO, Thiago. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 12, n. 29, 28, p. 17-52, abr./jan. 2019.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate. *Transversos: Revista de História*, v. 07, n. 07, p – 35-53, set./ 2016.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (Orgs.). *Historia: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DUMOULIN, Oliver. *O papel social do historiador. Da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- FERREIRA, Marieta Moraes de. História, tempo presente e história oral. *Topoi*:vol.3, n.5. p. 314-332. 2016.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LEME, Luana Borges; PEDRO, Joana Maria. "A primavera das mulheres" nos impasses da atual democracia. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs). *Feminismos e democracia* - 2. ed. (Ebook). - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem parapeiros no território incógnito da web. *Cadernos do Tempo Presente*, n.6, dez./ 2012.
- _____. Por um debate sobre historiografia digital. *Boletim Historiar*, v.2 n. 02, p. 45-57, mar. /abr. 2014a.
- _____. *Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014b.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010.
- REVISTA AEDOS, RA - UFRGS. V. 28, N. 1 (2019) - Dossiê "Conhecimento histórico e Internet". *Revista Aedos*, [S.l.], v. 3, n. 8, Jan/Jun. 2011. ISSN 1984-5634. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/issue/view/1242>>. Acesso em: 28 Jul. 2020.
- REVISTA ESBOÇOS, RE – UFSC. V. 27, N.45 (2020) – Dossiê "História Digital e Global: Novos Horizontes para a investigação histórica". *Revista Esboços*, [S.1], v.27, n.45 (2020). ISSN 2175-7976. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/3086>>. Acesso em: 28 Jul. 2020.

REVISTA OBSERVATÓRIO, RO – UFT. V.5, n.6, Out/Dez. 2019. ISSN 2447-4266. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/346>>.

Acesso em: 28 Jul. 2020.

REVISTA TEMPO E ARGUMENTO, RTA – UDESC. V. 6, N. 12 (2014) – Dossiê “História e Internet”. *Revista Tempo e Argumento*, [S.1], v.6, n.12, Mai/Ago. 2014. ISSN 2175-1803.

Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/294>>. Acesso em: 28 Jul. 2020.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

RODRIGUES, Bruna Carolina Marino. Ensino de história e tecnologia: Novos desafios para a educação no século XXI. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli.

NETO, José Maria (Orgs). *Jardins de histórias: discussões e experiências em aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição especial Ebook LAPHIS/Sobre Ontens, 2017.

SÁ CARVALHO, Marília; WERNECK, Guilherme Loureiro. A pandemia de Covid 19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 33, n.5, p. 1-4, 2020.

SANTOS, Julio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global. Um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, p. 483- 502, set./dez. 2017.

SCHWARCZ, Lilia. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Revista Antíteses*. v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016.

_____. *História, técnica e novas mídias: Reflexões sobre a história na era digital*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.